

ESCRITÓRIO DO FMI NO BRASIL

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, propôs ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a abertura de um escritório permanente em Brasília. A idéia é criar uma estrutura semelhante às que têm o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no país.

Segundo o Malan, as autoridades brasileiras implementarão novas e mais intensas consultas com a direção do FMI e seus representantes. "O Brasil intensificará suas discussões com os organismos e os estados que o ajudaram durante a adoção do programa de estabilização em novembro passado", disse Malan, durante entrevista coletiva à imprensa depois das negociações com o FMI, em Washington.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Marcelo Déda, acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de comprometer a soberania nacional. Para ele, o escritório do Fundo oficializa a intervenção no país e explicita o monitoramento que estava embutido no acordo firmado pelo governo federal. "Agora entendi a declaração do presidente dizendo que não queria ser o gerente da crise. Também não quer ser o líder do país", alfinetou.

Para o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Eduardo Freitas, a abertura do escritório do FMI é uma boa notícia. "Vai permitir um acompanhamento mais próximo da situação econômica do país por intermédio dos técnicos da instituição", avaliou. Segundo Freitas, que foi diretor da área internacional do Banco Central, a idéia é antiga. Do início da década de 90.

Ele discordou integralmente das acusações de interferência à soberania nacional. "Isso é uma grande bobagem. Só poderíamos considerar interferência a criação de um escritório do FMI se o Brasil tivesse interesse em esconder as estatísticas e maquiar os números de nossa economia para conseguir mais financiamentos externos."

DESENCONTROS

O Brasil recorreu ao FMI 13 vezes, de 1958 a 1992. Todas as vezes que assinou acordo com aquele organismo internacional, o governo brasileiro foi duramente criticado. É que em troca de ajuda financeira, o Fundo exige do governo brasileiro o controle da inflação e do déficit público (diferença entre gastos e receitas da União, estados e municípios), redução do déficit na balança de pagamentos (diferença entre a saída e a entrada de dólares do país) e a criação de mecanismos para salvaguardar as reservas cambiais.

A receita, considerada ortodoxa, desagradou aos políticos e contribuiu para tornar o Fundo impopular. Os técnicos do FMI sempre foram vistos como intervenores por controlarem de perto o cumprimento, pelo Brasil, das metas estabelecidas. Isso aconteceu desde o primeiro empréstimo — de US\$ 200 milhões — que foi pedido em 1958, pelo governo de Juscelino Kubitschek.

Os recursos desse empréstimo acabaram não sendo liberados porque o então presidente, forçado pela reação negativa às exigências do Fundo, rompeu o acordo unilateralmente. As metas foram consideradas recessivas e se chocavam com o programa desenvolvimentista de Kubitschek, cujo lema era "50 anos em cinco".

O Brasil nunca conseguiu cumprir à risca as metas traçadas pelo FMI. Também em nenhum dos acordos conseguiu liberar o total de recursos prometidos. Em sete vezes das 13 em que recorreu ao Fundo, não chegou sequer a mexer no dinheiro. No total, de 1958 a 1992, o FMI ofereceu ao Brasil US\$ 10,3 bilhões. Desse valor, só US\$ 4,73 bilhões foram efetivamente sacados.